

Projeto tira parte dos royalties do Estado

O Espírito Santo corre o risco de perder os direitos de royalties sobre o campo de Roncador, se for aprovado um projeto que tramita no Congresso Nacional, de autoria da senadora Ideli Salvatti (PT-SC). As perdas, nesse caso, chegam a R\$ 20 milhões, segundo um estudo da Universidade Cândido Mendes, do Rio de Janeiro.

O projeto da senadora petista muda os critérios de delimitação geográfica para a concessão de royalties no Brasil. A participação em royalties do Espírito Santo é sobre o equivalente a 13,3726% do volume produzido em Roncador.

Além do governo do Estado, o município de Presidente Kennedy recebe o repasse dos recursos. Essa área ficaria com o estado do Rio.

A atual delimitação foi estabelecida pelo IBGE, em 1986, dividindo as áreas da Bacia de Santos entre Rio de Janeiro e São Paulo. As áreas de

Tupi, Iara e Parati, por exemplo, estão sob a influência do Rio, e as de Bem-te-vi, Carioca e Caramba, de São Paulo.

O novo modelo prevê que cada estado terá como área de influência marítima o tamanho de seu litoral. Pelo projeto, a arrecadação da área do pré-sal onde já foi descoberto petróleo na Bacia de Santos passa totalmente para o estado de São Paulo.

O estado de origem de Ideli, Santa Catarina, teria uma parte maior do alto-mar para poder ter direito aos royalties. Segundo a senadora, o projeto visa atender dois propósitos.

O primeiro é definir regras que evitem disputas judiciais relativas aos limites entre estados e municípios na plataforma continental brasileira; o segundo, garantir a distribuição igualitária das participações governamentais na exploração dos recursos da plataforma continental brasileira.

Empresas dizem que há risco

RIO – Apesar de a Petrobras garantir que praticamente não há risco exploratório no pré-sal, representantes do setor privado disseram que a exploração na camada ultra-profunda envolve riscos inerentes ao segmento.

Representante do comitê de Exploração e Produção do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP) e presidente da Devon Energy, Murilo Marroquim, frisou que a exploração no pré-sal pode ter custos além do previsto, além de os reservatórios não terem a performance esperada.

“O pré-sal não tem risco? Há risco, sempre há. Especialmente em reservatórios pouco conhecidos. Já houve exemplos no País, de se esperar algo e

não ser tudo aquilo que se pensava”, afirmou.

O alardeado baixo risco do pré-sal é uma das alegações dos defensores de mudanças no modelo regulatório.

O senador Aloizio Mercadante (PT-SP) foi a voz dissonante no seminário “Os desafios do pré-sal”, realizado no Rio, e comentou que o risco na área ultra-profunda na bacia de Santos não é tão alto.

Delcídio do Amaral disse que o pré-sal está sendo visto como a “porta da esperança” por conta dos pedidos de recursos.

“Temos um desafio tecnológico. Isso não é para agora e estou vendo que muita gente está pedindo dinheiro do pré-sal para algum tipo de fundo. É a porta da esperança”.

AGÊNCIA BRASIL



“Muita gente está pedindo dinheiro do pré-sal para algum tipo de fundo. É a porta da esperança”

Delcídio do Amaral

Senador defende mudanças

RIO – O senador Aloizio Mercadante (PT-SP) disse ontem que é “evidente” que a Petrobras quer mudanças no regime de concessão de blocos no pré-sal.

Segundo Mercadante, pelo atual modelo, a empresa não teria condições de pagar pelos blocos mais valorizados nos leilões da ANP, já que a empresa está empregando pesados recursos na exploração das áreas do pré-sal onde já descobriu óleo.

“Evidente que a Petrobras não quer a continuidade do regime de concessão no pré-sal. Evidente que não quer. To-

do mundo que sentou aqui sabe, mas não diz”, afirmou o senador, durante o seminário “Os desafios do pré-sal”, realizado no Rio.

“Com o programa de investimentos que ela carrega hoje, e terá que fazer com o pré-sal, mantido o regime de concessão, ela vai ter que disputar um bônus que vai descapitalizar ainda mais a Petrobras. Ela vai fragilizar a posição dela no pré-sal”, acrescentou.

Até o momento, a Petrobras não se manifestou publicamente a respeito da discussão sobre mudança nas regras de exploração do petróleo no País.